

Apoio a candidato de tendência liberal, a posição predominante

SÃO PAULO — Os empresários estão preocupados com a formação da futura Assembléia Nacional Constituinte, e apóiam aqueles candidatos com tendências mais liberais na área econômica, e que defendam o regime de livre iniciativa. Essa preocupação própria dos empresários nacionais transforma-se em grande cautela, quando se trata de empresários estrangeiros: a Constituinte já é fator de atraso dos novos investimentos no Brasil.

Esse comportamento das empresas estrangeiras é confirmado pelos dirigentes da Câmara Americana de Comércio, e pelo Presidente do Banco de Tokyo, Toshiro Kobayashi. Um fato curioso, no caso da colônia japonesa no país: 20 descendentes de japoneses concorrem diretamente à Assembléia Constituinte, e a certeza de Kobayashi é de que, pelo menos um, já está eleito. É Antônio Ueno, do araná.

Nas principais entidades empresariais do País há uma grande discussão, sem qualquer ressonância fora dos bastidores. Uma coisa é certa: os empresários já se decidiram para quem vão dar seu "apoio" nas próximas eleições.

O apoio econômico às campanhas ficará principalmente para os candi-



"A Constituinte não vai ser radical. Será tranqüila"
Paulo Villares

datos que buscam a reeleição. Por que essa atitude? Um empresário, ligado à Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), explica:

— Fica mais barato apoiarmos economicamente um candidato que já conhecemos. Embora os investimentos sejam concentrados nos que buscam reeleição, dois novos candidatos também são apoiados o Dornelles (ex-Ministro da Fazenda, e candidato constituinte do PFL do Rio) e Guilherme Afif Domingos (Presidente da Associação Comercial de São Paulo, e candidato pelo Partido Liberal) — afirmou esse empresário.

Esse comportamento é idêntico na Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), ou na Sociedade Rural Brasileira, que tem, entre seus membros, participantes da Câmara de Estudos e Debates Econômicos (Cedes), entidade que discutiu, há uma semana, a situação da economia e a Constituinte.

Em levantamento feito pelo GLOBO, na última semana, ficou patente que os empresários desejam efetivamente influir na Constituinte, e que para isso estão investindo. Mas, ninguém revela o volume que está sendo cafiado.

Outro ponto que os empresários discutem, diz respeito à necessidade

de se modificar o comportamento das entidades de que participam: "Chega de fazer documentos, seminários. Essa inflação de documentos e seminários só enfraquece o empresário", revelou o presidente de uma das maiores entidades de classe no País.

O mais importante na Constituinte, segundo a classe, é eleger um bom número de deputados e senadores, afinados com sua proposta, para que participem da futura comissão a ser formada pelo Governo para elaborar o esboço da nova Constituição. Essa comissão deverá, de acordo com industriais, ser escolhida pelo Presidente Sarney, com a participação dos eleitos do PMDB e do PFL.

Há um consenso entre os empresários, de que a futura Assembléia Constituinte será formada por parlamentares conservadores, com poucos ativistas.

Segundo Paulo Villares, Presidente do Grupo Villares, "a Constituinte não vai ser radical; será tranqüila. Esse é o maior legado que a sociedade recebeu do Plano Cruzado, com o afastamento dos radicais".

Rocha Diniz, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), afirma que leu



"É preciso que se preservem os princípios básicos das liberdades"
Mário Amato



atentamente a proposta da comissão constitucional. "Não gostei, por vários motivos, como a ambição de abrangência, a extensão, e a linha filosófica", diz. "Defendo a livre iniciativa e a liberdade de expressão. Por isso, não sou favorável ao esboço de Constituinte apresentado pela comissão coordenada pelo Prof. Afonso Arinos de Mello Franco."

Para Lázaro de Mello Brandão, Presidente do Bradesco, "a Constituinte tem que defender o regime de livre iniciativa, como o único capaz de levar o país ao desenvolvimento, com contribuições sociais fundamentais para a população do país." Segundo ele, "no Bradesco, a Constituinte não reduziu investimentos: na área de informática, por exemplo; os investimentos chegam a Cr\$ 300 milhões este ano".

Cláudio Bardella, Presidente do Grupo Bardella, acha que a Constituinte deve preservar o regime de livre iniciativa. "Quanto mais sintética a nova Constituição, tanto melhor. O empresário, hoje, não está somente preocupado com a Constituinte, mas também com os resultados do Plano Cruzado".



"Defendo a livre iniciativa e a liberdade de expressão"
Rocha Diniz

Segundo Pedro Eberhardt, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, espera-se que a Constituinte defina o regime de livre iniciativa de uma vez por todas. E diz: "nós empresários devemos procurar influir na Constituinte."

Paulo Malzone, Presidente da Ultracred, dá um modelo para a nova Constituição: deve, sem dúvida, acabar com os arremedos do Governo Militar, e precisa ter poucos artigos. Tem que ser limpa, clara e duradoura. Tem que dar ênfase aos direitos humanos, e contemplar uma trilogia de defesa de maiores recursos para saúde, educação e alimentação.

"A Constituinte preocupa os empresários estrangeiros, que chegam até a adiar novos investimentos." — diz Toshiro Kobayashi, Presidente do Banco de Tokyo. "Todo mundo quer saber como fica o regime do país. Temos que esperar para ver o que vai ocorrer".

José Mindlin, Presidente da Metal Leve, acha que a próxima Constituição brasileira será um divisor de águas, deverá traçar os caminhos do Brasil no campo econômico, político e social para o final de século. "Algumas opções são fundamentais, e por isso mesmo me parece que deveriam ser claramente expostas ao eleitorado que vai escolher os constituintes de 1987, para que a nova Constituição represente a expressão da vontade da maioria".



"Acho que a Constituinte deve preservar a livre iniciativa"
Cláudio Bardella

Fluminenses temem o avanço do Estado na economia

A defesa da liberdade econômica é o ponto comum nas propostas dos empresários fluminenses para a Constituinte. Todos temem o avanço do Estado na economia e querem delimitar claramente as áreas de atuação das empresas estatais e uma definição, na nova Constituição, de que o Brasil será um país capitalista, assegurando o direito de livre iniciativa.

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, está vivendo uma segunda Constituinte. Ele conta que participou de debates semelhantes aos de hoje, em 1946, quando o Brasil estava saindo de um período de autoritarismo político.

Naquela época, eu era jovem e cheio de entusiasmo. Entrei com todo o vigor e entusiasmo nas discussões. Quería mudar o Brasil e criar uma nação democrática, bem administrada e desenvolvida. Quarenta anos depois, vejo o Brasil de novo vivendo as mesmas fantasias e esperanças. Mas não perdi a esperança e continuo com os ideais de 46 — comenta Donato.

A liberdade econômica é a principal reivindicação de Donato para a Constituinte. Na sua opinião, a sociedade brasileira precisa deixar explícito, de forma muito clara, o papel da empresa privada e do Estado, para evitar novos conflitos e desvios. Na sua opinião, a Constituinte

de 46 errou ao ignorar essa discussão e evitar uma definição sobre a questão. Por causa desse erro, acredita ele, o País viu o avanço do Estado na economia e a redução das atividades empresariais privadas nacionais.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, diz que os industriais brasileiros devem levar várias propostas para o debate na próxima Constituinte, que se referir especificamente do interesse do empresário. Ele observa que o empresário é antes de tudo um cidadão brasileiro e tem também interesses gerais, como o respeito aos direitos individuais. Mas ele acredita que o empresário deve defender prioritariamente a liberdade econômica e o controle do Estado. Na sua opinião, o avanço do Estado sobre a propriedade dos meios de produção é hoje uma tendência mundial, que precisa ser contida e revertida.

— Acho que em um momento político como esse que o País está vi-



Arthur Donato vive sua segunda Constituinte

endo, quando se pensa em reorganizar juridicamente o País, deve-se dar prioridade a questão do controle do Estado. E preciso definir os seus limites e quais são os espaços da livre iniciativa. E preciso que fique bem claro quais são os setores em que o Estado pode atuar como parte complementar ou substituto da livre iniciativa — diz Albano Franco.

Outros pontos mencionados por Albano Franco são a definição dos espaços das empresas estrangeiras

na economia brasileira e a questão dos direitos dos trabalhadores com relação à realização de greve. Ele defende também um reexame sobre a prioridade, observando que as áreas de produção agrícola devem ser bens sociais. Albano defende a criação de comissões de acompanhamentos dos gastos públicos, sob a direção da classe dos trabalhadores e de empresários, bem como o controle da Previdência Social por seus usuários.

— O que assistimos hoje com a Previdência Social é algo assustador. O Estado promete o que não pode dar e não cumpre com seus compromissos financeiros. E preciso que os representantes dos trabalhadores e dos empresários participem diretamente da gestão da Previdência junto com o Governo, observa.

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Amaury Temporal, acha que a Constituinte deve definir de forma clara o modelo econômico brasileiro — capitalista — e o sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo. Temporal acha também que é preciso aproveitar esse debate e ouvir a população para saber se ela está e satisfeita com a estatização dos serviços de previdência social. Na sua opinião, os trabalhadores estão insatisfeitos com a estatização dos serviços médicos.

Paulistas pedem um novo pacote, que elimine o déficit público

SÃO PAULO — O temor da recessão e da perda das reservas cambiais, consumidas principalmente em importação de alimentos para manter o congelamento de preços, está fazendo nascer uma nova consciência entre empresários. Eles querem, "de braços dados com o povo", pressionar o Governo Federal a estabelecer nova política econômica, um outro "pacote", que elimine o déficit público e contenha o setor privado, não via-juros altos, mas através da liberalização do sistema de preços. E buscam vez e voz na nova Constituinte.

O tiro de partida desse movimento foi dado pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), a qual empresários e economistas decidiram "transformar em tribuna, de onde será transmitida ao Governo a proposta de um novo Brasil, utilizando como canal a opinião pública". Rearticulado, o empresário assume postura política para impor suas exigências.

Para o coordenador do corpo acadêmico da Cedes, o economista Paulo Rabello de Castro, professor da Fundação Getúlio Vargas, a Cedes é "apolítica, e tanto pode servir à esquerda, direita ou centro, pois tem um pensamento ecumênico". Segundo ele, radicalismo ali só existe no "propósito de dar ao povo um país melhor", admitindo que "a elite eco-



O economista Rabello de Castro

nômica é que impede que a grande massa tenha oportunidades". Segundo ele, enquanto não houver uma revolução na educação, "não acontecerá coisa alguma no Brasil".

A curto prazo, economistas e empresários esperam que aconteça o que chamam de "3.º ato da peça Cruzado", tema que foi discutido por eles em Guarujá, no último final de semana. Desse encontro resultou documento de 37 páginas, "A trilogia do Cruzado: roteiro, cenários e figurantes", em que é contada uma história iniciada em setembro de 1982, com a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), que traçou o destino econômico do Brasil.